



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO - UUCG**

VANILDO MOREIRA DE ABREU

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDTUR/MS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Campo Grande – MS

2017

Ficha catalográfica

A146p Abreu, Vanildo Moreira

As Políticas Públicas da Fundtur/MS para o desenvolvimento do Turismo no Estado de Mato Grosso do Sul/ Vanildo Moreira de Abreu. Campo Grande, MS: UEMS, 2017.

24p. ; 30 cm.

Artigo (Graduação) – Turismo – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, 2017.

Orientador: Prof. Me. Rodrigo Hakira Minohara.

1. Fundtur/MS 2. Turismo em Mato Grosso do Sul 3. Políticas Públicas I. Título.

CDD 23. ed. 796.58171



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE TURISMO - UUCG**

VANILDO MOREIRA DE ABREU

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDTUR/MS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

Artigo elaborado na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso, como requisito parcial para obtenção do Grau de Bacharel em Turismo no Curso de Turismo, orientado pelo professor Me. Rodrigo Hakira Minohara.

Campo Grande – MS

2017

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE CAMPO GRANDE
CURSO DE TURISMO
ÊNFASE EM EMPREENDEDORISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDTUR/MS PARA O
DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE MATO
GROSSO DO SUL**

APROVADO EM: ___/___/_____

Orientador : Prof.^o Me. Rodrigo Hakira Minohara

Membro da Banca: Prof.^a Dr.^a Débora Fittipaldi Gonçalves

Membro da Banca: Prof.^a Dr.^a Daniela Sottili Garcia

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DA FUNDTUR/MS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Resumo: O presente artigo tem como objetivo, analisar as políticas da FUNDTUR/MS para o desenvolvimento do Turismo no estado de Mato Grosso do Sul. A metodologia para a obtenção dos dados trabalhados é composta por pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo. No tocante ao trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com servidores da FUNDTUR que detêm, informações privilegiadas sobre o desenvolvimento do Turismo no Mato Grosso do Sul notadamente por conta da relevância estratégica de seus cargos. Os resultados demonstram que efetivamente as políticas públicas no estado ainda são iniciantes, mas caminham no sentido de melhorar a oferta e o desenvolvimento do turismo no estado.

Palavras-chave: FUNDTUR/MS, Turismo em Mato Grosso do Sul, Políticas Públicas.

Abstract: The purpose of this article is to analyze the policies of FUNDTUR / MS for the development of Tourism in the state of Mato Grosso do Sul. The methodology for obtaining the data is taxed on bibliographical research, documentary and field work. Regarding the field work, semi-structured interviews were conducted with FUNDTUR employees who hold privileged information on the development of Tourism in Mato Grosso do Sul, mainly because of the strategic relevance of their positions. The results show that public policies in the state are still quite new, but are moving towards improving the supply and development of tourism in the state.

Keywords: FUNDTUR/MS, Tourism in Mato Grosso do Sul, Public politics.

Introdução

O desenvolvimento de Políticas Públicas de Turismo deve estar baseado nas particularidades que compõem o local a ser explorado, é importante

que se tenha noção, antes da elaboração de tais diretrizes, e quais os elementos que serão explorados durante a atividade turística.

Ao verificar a ação governamental em diversos países com diferentes realidades econômicas, podem-se distinguir duas principais atuações: nos países desenvolvidos o governo atua como mediador da atividade, ou seja, fornece infraestrutura, apoia a criação de estruturas governamentais específicas, como os conselhos de turismo e até conduz financiamentos para o setor, atuando como secundário no processo de desenvolvimento do turismo, chamado também de Estado Regulatório (Cooper, 2011).

Com isso torna-se evidente a necessidade das políticas públicas no Brasil para guiar o planejamento, crescimento, desenvolvimento e gestão de localidades e empreendimentos turísticos. O estudo do turismo e suas interferências e consequências na política econômica nacional ainda é muito recente. Observa-se que há uma falta de sintonia entre o poder público e o privado, sendo que muitas vezes o planejamento turístico, seja em escala nacional, estadual ou municipal, torna-se incompleto, devido à falta de suporte e avaliação ou ainda monitoramento deste processo.

Dessa forma, a pesquisa centra-se na tentativa de responder às seguintes indagações: O estado de Mato Grosso do Sul tem, por meio das autoridades competentes, se preocupado com a elaboração de políticas públicas voltadas ao turismo em Mato Grosso do Sul? Se tiver, como isso tem sido realizado? Têm atingido seus objetivos estas políticas públicas, ou são políticas públicas existentes apenas no papel?

Vale lembrar que as políticas públicas efetivas no estado de Mato Grosso do Sul em relação às ações ao setor turístico, são todas realizadas para atender às determinações emanadas pelo Ministério do Turismo/Mtur. Ou seja, essas ações ainda são estritamente vinculadas à agenda nacional, concebida sem a devida preocupação com as potencialidades locais no que se refere ao turismo.

Assim, a realização dessa pesquisa justifica-se pela necessidade de identificar quais são as atribuições da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/FUNDTUR/MS no tocante à elaboração de políticas públicas voltadas ao Turismo em Mato Grosso do Sul; enfim, observar qual é o papel dessa instituição no estado no que se refere ao setor do turismo.

É inegável a contribuição do setor do turismo para a economia do País, gerando emprego e renda direta e indiretamente. Por essas razões é salutar para a economia do Estado o investimento maciço no setor turístico brasileiro, dado o irrefutável potencial de gerador de divisas desse setor (Cooper, 2011). Todavia, infelizmente, o que se vê no Brasil são ações pontuais e tímidas no que tange à melhora das condições de acolhida de turistas que acorrem ao País.

Contudo, como bem observa Souza (2014), é preciso acrescentar que a riqueza gerada pelo turismo não se circunscreve à que tem origem apenas nos setores econômicos que mantêm estreito contato com a demanda turística. Assim, o consumo advindo da atividade turística tem influência direta em três dos setores componentes do sistema econômico: via produção, via renda e via investimento.

Essa cadeia de atividades gera renda e movimenta a economia local, beneficiando àqueles que vivem do turismo, bem como àqueles que dele retiram grandes lucros, como as empresas que investem grandes quantias em determinados locais, explorando o potencial turístico da região.

Assim, a realização da pesquisa aqui proposta servirá para que possamos ter uma ideia do nível de preocupação e envolvimento das nossas autoridades com a questão do turismo e, por conseguinte, de tudo que vem agregado a ele: geração de emprego e renda aos cidadãos de Mato Grosso do Sul.

Metodologia

A pesquisa situa-se no âmbito dos estudos relativos às políticas públicas voltadas ao fomento do turismo em nível nacional e estadual. Para consecução do trabalho, foram escolhidas as principais ações da Fundtur no estado Mato Grosso do Sul no que diz respeito à elaboração de políticas públicas que visem melhorar o setor turístico do estado em questão.

Quanto à abordagem, a pesquisa é de caráter qualitativo, ou seja, o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações. (Deslauriers, 2008). O viés qualitativo se justifica por ser a proposta de trabalho uma

interpretação pessoal dos dados colhidos no sentido de dar respostas à questão/problema.

Já quanto aos objetivos, a pesquisa é do tipo exploratória, pois proporciona maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. A grande maioria dessas pesquisas envolve: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e (c) análise de exemplos que estimulem a compreensão (Gil, 2007). Assim, foram realizados a revisão bibliográfica, através da busca de publicações que têm como objeto a promoção de políticas públicas voltadas ao turismo em teses, artigos, dissertações e demais documentos publicados em meios oficiais.

Já a pesquisa documental, foi necessária para buscar informações e dados sobre o objeto da pesquisa, dessa forma, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão (Fonseca, 2002).

Por fim, foi realizada uma pesquisa de campo, que realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.). Dessa forma, foi escolhida a pesquisa participante, pois se caracteriza pelo envolvimento e identificação do pesquisador com as pessoas investigadas (Fonseca, 2002). Assim, foi realizada uma entrevista semiestruturada e livre com o Diretor de Desenvolvimento do Turismo e Mercado da Fundação de turismo do Estado, nos dias 28/08 e 11/09 de 2017.

A análise das informações coletadas durante a pesquisa foi feita através do método de Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin (2009), que consiste, grosso modo, captar os conteúdos manifestos e latentes contidos em todo o material coletado (entrevistas, documentos e observação) e interpretá-los. O método de análise de conteúdo se caracteriza pelo uso da hermenêutica, da linguística tradicional e da dedução lógica buscando interpretar através desses instrumentos os sentidos dos discursos por trás das palavras.

POLÍTICAS PÚBLICAS: NACIONAIS E ESTADUAIS DE TURISMO

É de responsabilidade do Estado a elaboração de políticas públicas que atendam as demandas oriundas da sociedade, sendo tais políticas um dos principais resultados da ação do Estado junto à sociedade que este representa. Contudo, algumas questões se impõem: o Estado, através dos órgãos instituídos para esse fim, está desempenhando bem esse papel no que se refere à área do turismo? É, afinal, o Estado que tem a obrigação de elaborar e gerir políticas públicas? Em um mundo cada vez mais globalizado econômica e culturalmente, os atores sociais ficam cada vez mais empoderados politicamente. Nesse sentido, é perceptível uma sociedade civil mais diversificada e ciente de seus direitos, que fatalmente reflete cenário de formulação e execução de políticas públicas no Brasil e no mundo, dado que isso represente algum desafio adicional às tarefas estatais relacionadas à formulação e implantação de políticas (Galdino; Costa, 2011).

No Brasil, O Ministério do Turismo (MTUR), a EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) e representantes do setor do turismo iniciaram em 2014 os trabalhos para a elaboração do Documento Referencial 2015/2019, em vista da necessidade de atualização periódica do planejamento das políticas públicas e do fortalecimento do setor turístico do Brasil. A participação de representantes do setor é um passo muito importante, dado que demonstra a influência da sociedade civil em defesa de seus interesses.

Desse modo, a premente necessidade de melhor organizar o setor turístico trouxe o planejamento. Este, por conseguinte, oportunizou a geração de órgãos e a formulação de leis que na atualidade regem a política pública de turismo; e que são extremamente relevantes a todo o contexto turístico. Por essa razão, conhecer as ações, metas, planos, programas e projetos aplicados à política do turismo tornam-se importante, pois servem de ferramentas para o desenvolvimento do turismo, por meio da evolução da sociedade e da atividade turística. Porém, mais importante, é saber se realmente são efetivas estas políticas, isto é, se funcionam no dia a dia da vida daqueles que lidam com o setor no Brasil (Galdino; Costa, 2011).

Aqui, cabe menção ao conceito de Política Pública de Agum, Riscado e Menezes (2015), que consideram Política Pública como:

[...] o campo do conhecimento que busca ao mesmo tempo “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças nos rumos ou cursos dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações para produção de resultados ou mudanças no mundo real (Agum; Riscado; Menezes, 2015, p. 16).

Nesse sentido, uma política pública se configura como uma gama de medidas tomadas pelos governos ao longo do tempo, isto é, são ações planejadas e efetivadas por um determinado governo que, geralmente, objetiva elaborar instrumentos teórico-metodológicos e práticos que possam contribuir de forma significativa com o avanço significativo de determinado setor e o desenvolvimento da sociedade a qual tais instrumentos são direcionados (Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen, 2014).

Para os autores em questão

As políticas públicas decididas na esfera política são frequentemente abrangentes e vagas, deixando detalhes cruciais a serem trabalhados pelos agentes públicos. Além disso, o fato de que os gestores públicos (e os órgãos aos quais eles servem) possuem ordens para executar certas políticas públicas não significa que os recursos necessários para a implementação e o apoio dos principais *stakeholders*¹ estejam garantidos. Para serem eficazes, os gestores públicos precisam desenvolver conhecimento e perspicácia de política em trabalho em rede (*networking*), defesa e negociação, um conjunto de funções que muitas vezes são relativamente desconhecidas para eles, caso tenham sido treinados no modo clássico da administração pública, com foco em cadeias hierárquicas de obrigação, e responsabilidade para com superiores e executivos políticos (Wu; Ramesh; Howlett; Fritzen, 2014, p. 24).

As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais. Assim, tem-se que a obrigação do Estado em formular políticas públicas é patente, dado que estas refletem as demandas de determinados setores da sociedade brasileira, demandas estas que representam a defesa de direitos sociais garantidos pela constituição.

Em verdade, tratar de políticas públicas não diz respeito tão somente à apresentação de conceitos e definições, nem tampouco ações levadas a cabo pelos Governos em prol da sociedade. Consiste, sim, em aventar a discussão de como

¹ *Stakeholders*: Atores sociais que de alguma forma influenciam, ou podem influenciar, no processo decisório. Em inglês stake significa interesse, participação, risco. Holder significa aquele que possui. Veja SANTOS, A. S. dos. **Dicionário de Anglicismos e de Palavras Inglesas Correntes em Português**. Rio de Janeiro: Editora ELSEVIER, 2006.

essas ações são pensadas e quais são os propósitos que justificam o desenvolvimento e a sua implantação, além de estudar os expedientes utilizados para a elaboração dessas políticas. Outro ponto de igual importância é o papel do cidadão no que diz respeito à cobrança e vigilância dos resultados efetivos das políticas públicas estruturadas pelo Estado para atender a população. Infelizmente, esse papel não vem sendo cumprido pelos cidadãos, deixando a cargo dos seus representantes as ações que visam verificar a execução de políticas públicas no Brasil.

As políticas públicas são ferramentas que, se bem estruturadas e implantadas, monitoradas e avaliadas corretamente são capazes de promover o desenvolvimento socioeconômico, não apenas das populações, mas também dos setores da economia ao qual se destinam. São ações que intentam a melhoria do bem-estar social e, portanto, devem ser pensadas e construídas levando em consideração a participação da sociedade (Santos Silva; Costa; Carvalho, 2013).

Nos últimos tempos, segundo Santos Silva, Costa e Carvalho (2013), o Brasil tem estado atento para essa realidade, investindo na elaboração de políticas públicas para os mais diversos setores econômicos, inclusive para o turismo. Em 2003, houve a criação do Ministério do Turismo (Mtur), fato este que pode ser citado como um marco recente dos investimentos na organização e administração da atividade turística no país. O Mtur instituído com a missão de fomentar o desenvolvimento do turismo, como atividade econômica com papel relevante na geração de emprego e renda, de forma sustentável, proporcionando inclusão social.

O Ministério do Turismo desenvolve ações seguindo as orientações constantes do Plano Nacional de Turismo elaborado de 2013-2016. O plano em questão objetiva a consolidação da Política Nacional de Turismo, apresentando para tanto as diretrizes estratégicas para fomentar o desenvolvimento da atividade no Brasil para os anos vindouros. Esse Plano Nacional de Turismo foi estruturado – por meio do Conselho Nacional de Turismo – devido a uma ação conjunta entre o governo federal e a iniciativa privada através do terceiro setor, sob a coordenação do Ministério do Turismo (Mtur, 2013).

São ações que mostram que o País tem demonstrado preocupação em relação à devida exploração do setor. Contudo, os investimentos ainda são poucos e as políticas de atração de turistas pouco efetivas, bem como esforços na tentativa de

mudar a imagem do Brasil como País perigoso para se visitar. Apesar dessa constatação, o Brasil tem apresentado um desenvolvimento exponencial na exploração da atividade, e a tendência é que as mudanças continuem.

O plano foi elaborado conforme as orientações do governo federal tomando como base as diretrizes já presentes no Plano Plurianual 2012/2015. O plano traz como parâmetros definidores as contribuições do setor para o desenvolvimento econômico, social e a erradicação da pobreza. Acrescenta-se ainda, como elemento basilar, o Documento Referencial - Turismo no Brasil 2011/2014 e enfatiza, no contexto da gestão, as normas instrucionais que devem orientar o desenvolvimento do turismo brasileiro, como a autorização e diálogo com diversos setores da sociedade; a elaboração de oportunidades de emprego e empreendedorismo; o fomento à inovação e ao conhecimento; e a regionalização como abordagem territorial e institucional para o planejamento (Mtur, 2013).

Dentre as ações e programas do Ministério do Turismo, destacam-se: Programa de Regionalização do Turismo; Prodetur, Cadastur; Pronatec Turismo; Turismo Responsável, dentre outros. Todos eles com objetivos e funções específicas no que tange ao incentivo do setor do turismo no Brasil.

No tocante ao Programa de Regionalização do Turismo, este busca a confluência e a intercomunicação de todas as ações desenvolvidas pelo Mtur com estados, regiões e municípios brasileiros. Tem como objetivo principal apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País (Mtur, 2017).

Para viabilizar o projeto, o Ministério do Turismo elaborou o mapa do turismo no Brasil, sendo que a atualização periódica do Mapa compõe uma das estratégias do Plano Brasil + Turismo, lançada este ano pelo ministro Marx Beltrão para fortalecer o setor de viagens no País. Conforme o Plano, a partir de 2017 o Mapa passou a ser atualizado de dois em dois anos. Sua estruturação, bem como sua manutenção, é realizada de forma conjunta entre os interlocutores estaduais que representam o MTUR e os órgãos oficiais de Turismo dos estados brasileiros e de instâncias de governança regional. O quadro 1 apresenta a boa configuração do Mapa por macrorregião:

Quadro1: Macrorregiões/Regiões Turísticas/Municípios

Macrorregião	Regiões turísticas	Municípios
Centro-Oeste	36	225

Nordeste	84	758
Norte	34	259
Sudeste	121	1138
Sul	53	905
Total	328	3.285

Fonte: Mtur, 2017

Conforme o que se pode inferir do quadro acima, verifica-se que a macrorregião Centro-Oeste é, junto com a região Norte, uma das que tem menos regiões turísticas em relação às demais regiões. Uma leitura possível do por que dessa realidade pode ser encontrada no descaso dos gestores dessa região para com as questões turísticas, negligenciando, desse modo, o enorme potencial de geração de riquezas que possuem os estados localizados na região Centro-Oeste.

No que tange ao Mato Grosso do Sul, em relação à atualização do Mapa, o estado apresentou em 2017, 47 municípios, distribuídos nas 09 regiões turísticas estruturadas pelos gestores do turismo no estado. De acordo com o Mtur (2017), são esses os objetivos estratégicos do programa, levando-se em conta “o diagnóstico do setor e tendo como referência as diretrizes que orientaram a elaboração deste Plano, identificam-se quatro grandes objetivos a serem perseguidos no horizonte definido” (MTUR, 2017, p. 64):

- (I) preparar o turismo brasileiro para os megaeventos;
- (II) incrementar a geração de divisas e a chegada de turistas estrangeiros;
- (III) incentivar o brasileiro a viajar pelo Brasil; e
- (IV) melhorar a qualidade e aumentar a competitividade do turismo brasileiro.

As ações do Plano Nacional de Turismo têm as seguintes diretrizes: pretende empreender uma gama de atividades de caráter estratégico sob a responsabilidade e/ou supervisão do Ministério do Turismo, em parceria com os vários agentes do setor de turismo para buscar solucionar os problemas e desafios, objetivando atingir as metas estabelecidas. Essas ações se organizam por metas e diretrizes estratégicas, sempre tentando manter uma conexão direta com os resultados esperados e os indicadores a eles interligados. Os delineamentos das ações se associam aos objetivos estratégicos com o procedimento adotado em cada unidade responsável no Ministério do Turismo, em permanente interação com os seus vários parceiros envolvidos (Mtur, 2017).

A proposta é interessante, mas para se efetivar tem de contar com a participação dos estados, bem como a realização da estruturação de dados informativos para facilitar a comunicação e o melhor entendimento da real condição do setor turístico no País. O sucesso desse projeto depende do sucesso da parceria entre os estados, bem como da capacidade de organização do País no sentido de elaborar ações para atender às demandas relacionadas ao turismo.

Dentre das estratégias, destacam-se: i) Conhecer o turista, o mercado e o território; ii) Desenvolver estudos e pesquisas sobre a atividade turística; iii) Efetivação do Sistema de Informações Turísticas objetivando organizar as informações estatísticas e gerenciais atinentes à atividade turística no Brasil, conquistada através da execução de pesquisas e reunião de dados oficiais secundários, com a finalidade de atuar em conformidade com as instituições oficiais organizadoras de informações estatísticas, objetivando o estabelecimento da construção de dados a respeito do turismo; progredir no sentido de melhorar a preparação da Conta-Satélite do Turismo; e auxiliar políticas públicas e privadas associadas à idealização e desenvolvimento do setor turístico brasileiro (Mtur, 2017).

Para tanto é necessário investimento em tecnologia de ponta, bem como um maior comprometimento do Estado no que diz respeito à realização de pesquisas de caráter técnico-científico que visem informar aos gestores os avanços e ou entraves relativos ao setor. A conjuntura atual do País não acena nesse sentido, haja vista o descaso para com a ciência e tecnologia que caracteriza o governo vigente, perceptível nos drásticos cortes orçamentários.

No estado de Mato Grosso do Sul, a instituição responsável pelo setor turístico, em âmbito estadual, é a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/FUNDTUR/MS. No âmbito estadual, a instituição trabalha com 09 regiões turísticas: 1) Vale do Aporé; 2) Grande Dourados; 3) Caminho dos Ipês; 4) Rota Norte; 5) 7 Caminhos da Natureza Cone Sul; 6) Vale das Águas; 7) Bonito-Serra da Bodoquena; 8) Costa Leste; 9) Pantanal.

Instituída pelo Decreto n. 10.552 de 14 de novembro de 2001, com base na autorização constante na Lei n. 2.307 de 9 de outubro de 2001, vinculada à Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar, a Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul/Fundtur:

[...] é pessoa jurídica de direito público, sem fins lucrativos com patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, sede e foro na Capital do Estado, prazo de duração indeterminado e rege-se pelo Código Civil Brasileiro, pela legislação complementar e pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 13.582 de 15 de Março de 2013.

Sua missão, conforme informe constante do site da instituição, é promover o turismo como atividade econômica, ambiental e socialmente justa. Nesse sentido, a instituição tem elaborado ações que buscam alcançar seus objetivos, notadamente através de parcerias público-privadas angariadas em todo o estado, conforme informações constantes dos relatórios de gestão da instituição de 2009 a 2013 (Fundtur, 2017).

Contudo, no que tange às políticas públicas de fomento ao turismo, para além de ações pontuais, não há menção a respeito. Em que pese o esforço informativo do site da Fundtur, as informações não são acompanhadas de referências documentais, isto é: não tem como verificar se as ações ali descritas atingiram realmente os objetivos desejados, bem como os benefícios alegados.

Em verdade, as políticas públicas relacionadas ao estado de Mato Grosso do Sul, no que tange ao setor do turismo, têm sido negligenciadas, e quando acontecem é:

[...] dentro de um contexto de desorganização das políticas públicas de turismo em nível nacional e estadual, e também do planejamento governamental do Estado que acaba por instituir um plano de ações sem uma política pública específica, o que o torna ineficiente considerando-se seus resultados finais (Silva, 2006, p. 5).

Mas passados 11 anos da constatação de Silva (2006) sobre as políticas públicas no estado de MS, qual será o cenário do Turismo atualmente? Será que ainda está em curso o expediente de usar as estratégias de planos de ação sem o respaldo de uma política pública que traga resultados efetivos para além da mera propaganda de governo? De lá para cá, foram gestadas políticas públicas efetivas em relação à promoção do turismo no estado de Mato Grosso do Sul?

Diante das indagações formuladas acima, será que o cenário em relação às políticas públicas atinentes ao Turismo no estado de Mato Grosso do Sul mudou? Desde 2006, quando da realização da pesquisa de Silva (2006), houve avanços e/ou mudanças que possam indicar, para além da esfera do discurso político, uma efetiva elaboração de políticas públicas para desenvolver o turismo em Mato Grosso do Sul?

AS ATUAIS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO MS

Nesse sentido é importante que o poder público viabilize as estruturas necessárias à indústria do turismo. É necessário investimento em infraestrutura; em transporte, em segurança, em treinamento daqueles que serão responsáveis pelo atendimento ao turista; enfim, é necessário preparação para receber. Por conta disso, a projeto em questão é relevante no sentido de trazer à baila as políticas públicas realizadas pelo estado de Mato Grosso do Sul para viabilizar o turismo em Campo Grande/MS.

Em 2011, conforme dados coletados do PDITS Campo Grande e Região (Brasil, 2011), acrescidas de informações obtidas nas Secretarias Municipais, o Polo Campo Grande e Região necessitaria, à época, de: melhorar significativamente o planejamento, a implantação e a execução das políticas públicas voltadas para o turismo: sensibilizar a classe política sobre a importância do turismo; eliminar as discontinuidades das políticas públicas voltadas para o turismo; criar um sistema de dados e informações sobre o turismo; promover a alocação de recursos para investimentos no turismo; dentre muitas outras deficiências apontadas (Prodetur, 2014, p.132).

Com tantos problemas identificados é pouco provável que todos eles tenham sido sanados nos últimos seis anos, isto é, de 2011 a 2017. As ações voltadas para o turismo no estado se reduzem ao atendimento das diretrizes preconizadas pelo Ministério do Turismo/Mtur.

Os gestores que se sucedem no comando da Fundtur/MS costumeiramente vêm a público para enfatizar a realização de ações que têm na geração de políticas públicas de turismo seu foco. No entanto, em que pese os discursos, são poucas as políticas públicas efetivas em relação ao desenvolvimento do turismo em Mato Grosso do Sul, o que se tem são ações em parcerias com instituições, notadamente alinhadas às políticas do Ministério do Turismo.

Em busca realizada no site da Fundtur/MS não se constatou menção à políticas públicas de fomento ao turismo oriundas do estado de Mato Grosso do Sul. O que se enfatiza são as ações levadas a cabo no sentido de promover o desenvolvimento do setor. Nesse sentido, o governo de Mato Grosso do Sul lançou

recentemente o edital nº 002/2017 com destinação de R\$ 500,00 mil para realizar a seleção de projetos de incentivo e apoio a eventos turísticos no Estado (Diário Oficial, Nº 9451 MS 2017, p. 8-16).

De acordo o Diário Oficial (Nº 9451/2017), o edital destina-se a propostas que visem à “execução de ações de fomento e apoio a eventos geradores de fluxo turístico” nas cidades dos 79 municípios do estado. Os recursos fazem parte do Fundo para o Desenvolvimento do Turismo de Mato Grosso do Sul. Os interesses das ações buscam atender as demandas dos seguintes setores do turismo: ecoturismo, evento gastronômico, turismo de aventura, turismo de negócios e eventos, além do carnaval. Ainda conforme a redação do edital nº 002/2017, o objetivo primordial é formalizar parceria com as cidades de MS buscando a “execução de ações de fomento e apoio a eventos geradores de fluxo turístico nos municípios”. Isso para que possa ser viabilizado o “crescimento e desenvolvimento da atividade turística nas regiões do Estado, em regime de mútua colaboração com a administração”.

As políticas de ações locais relativos ao turismo atendem, assim, uma agenda geral oriunda do Ministério do Turismo. E esse órgão, por meio de seus prepostos, que “planejam” o turismo no País, decidindo quais ações serão adotadas neste ou naquele Estado. Chama a atenção o caráter ubíquo dessa entidade estatal, presente em todos os lugares e conhecedora dos pormenores mais profundos das realidades locais em suas inúmeras facetas, só isso justifica que ao Ministério do Turismo caiba decidir sobre ações e/ou políticas públicas de turismo nas regiões do País.

Isso porque no Brasil, as políticas públicas de turismo têm como objetivo estratégico a descentralização, a direção coordenada e a programação adaptada e participativa. Inclusa no artifício da descentralização está à concepção de Regionalização do Turismo que, por seu turno, consiste em modificar a atuação concentrada em uma “política pública mobilizadora, capaz de provocar mudanças, sistematizar o planejamento e coordenar o processo de desenvolvimento local e regional, estadual e nacional de forma articulada e compartilhada” (Brasil, 2004, p. 11).

Essa política do Ministério do Turismo tem certa razão de ser, afinal o Brasil é um País de dimensões continentais, haja vista sua extensão; portanto, faz-se necessário a construção de estratégias que possibilitem o alcance de todo seu

território. Desse modo, o Ministério do Turismo – no ano de 2004 – parte do pressuposto da descentralização e institui o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil (PRT). Desde sua concepção o Programa preocupou-se em trazer a real participação da sociedade como um todo, sendo o Programa de Regionalização do Turismo tributário de uma associação efetivada entre o MTur, o trade turístico, a comunidade acadêmica e a sociedade civil organizada (Brasil, 2004). Associação esta que tem atingido seus objetivos e que vem sendo estimulada ao longo de todo o programa, como uma estrutura de modernização das condutas do Estado na organização e gestão do turismo.

Por meio dessas associações construídas no decurso mesmo da formulação, implantação e desenvolvimento do Programa de Regionalização do Turismo, buscase atingir os objetivos enumerados a seguir: conferir peculiaridades qualidade ao produto turístico; diferenciar estrategicamente a oferta turística; estruturar os destinos turísticos; ampliar e qualificar o mercado de trabalho; aumentar a inserção competitiva do produto turístico no mercado internacional; ampliar o consumo do produto turístico no mercado nacional, e; aumentar a taxa de permanência e gasto médio do turista (Brasil, 2004).

ANÁLISE DOS DADOS / RESULTADOS DA PESQUISA

Na entrevista realizada na FUNDTUR/MS com o Diretor de desenvolvimento de Turismo e mercado, onde ele respondeu todas as questões relativas às ações e as políticas de turismo que estão sendo executadas no Estado. No âmbito do estado de Mato Grosso do Sul, conforme as informações colhidas com o Diretor, às ações da FUNDTUR têm se concentrado na atualização do mapa do turismo brasileiro e na elaboração do programa de apoio aos municípios onde:

Este ano nós trabalhamos com duas coisas específicas o primeiro semestre trabalhamos como a atualização do mapa do turismo brasileiro e também criamos um programa de apoio aos municípios em três áreas: o turismo sustentável e infância, à hospitalidade e a qualificação onde está o Cadastur então fizemos oficinas em alguns municípios como: Costa Rica, Coxim, Aquidauana e Bonito onde foram feitas oficinas desse trabalho Com nossa equipe que faz parte do programa, e agora nós vamos atender os municípios de Anastácio, Miranda e Porto Murtinho com esse programa que a gente chama de hospitalidade e turismo Sustentável a infância, porque a gente está fazendo isso para mostrar para os municípios que a hospitalidade é o bem receber, o se estruturar para isso e importante então vamos lá Fazemos uma oficina junto ao trade fazendo uma capacitação melhor com eles, para que eles possam estar entendendo melhor esses programas que estão acontecendo, então isso já foi

feito nesse primeiro período, Agora nós estamos iniciando a classificação dos municípios já feita uma oficina com os municípios, estamos iniciando esse processo e a formação dos gestores que vai ser feito, até o final do ano nós estamos com esse trabalho, e o Rali dos Sertões que foi feito também e até o final do ano nos temos essas entregas acordado Governador [Entrevistado 1].

Se entendermos o conceito de políticas públicas voltado para a elaboração de ações que visem atender a uma determinada demanda social, que tenha como objetivo o atendimento de necessidades coletivas, então podemos dizer que as ações empreendidas pela FUNDTUR/MS se configuram como políticas públicas. Mas, afinal, o que são políticas públicas? De acordo com Dias (2003), políticas públicas podem ser conceituadas como maneiras de se estruturar as atividades atinentes às obrigações do Estado, determinando ações e diretivas no sentido de possibilitar a realização dos objetivos almejados. Conforme Dias (2003, p. 10), “O planejamento, particularmente o de médio e longo prazo, é hoje um importante e necessário instrumento de governo para se obter um desenvolvimento socialmente justo”.

Outra questão importante na realização da pesquisa diz respeito à configuração da regionalização do estado de Mato Grosso do Sul. Sobre o tema, o interlocutor afirmou que o Mato Grosso do Sul cumpre as diretrizes nacionais relacionadas ao turismo, não possuindo uma configuração própria, regional. Esse fato acaba por prejudicar os avanços do setor do turismo no estado, dado que não são elaboradas estratégias de fomento em consonância com as realidades locais. Não sabendo quais são as principais demandas e entraves, fica difícil aos gestores planejarem de forma eficiente ações voltadas ao desenvolvimento do setor.

A respeito da questão de se o estado de mato Grosso do Sul teria um plano de marketing que porventura beneficiasse municípios e/ou as regiões, o interlocutor respondeu que:

O estado não tem plano de marketing, Nós temos essa política de Promoção e desenvolvimento nós estamos caminhando para ter o plano estadual e para ter o plano de marketing junto, E agora o Prodetur que é um programa do governo federal que tem uma unidade de coordenação dele aqui no estado, Nós temos duas áreas aqui no estado, que são áreas do prodetur que uma na Serra da Bodoquena que pega os municípios de bonito, jardim e Bodoquena e a outra e Campo Grande que contempla os 9 municípios da região Caminho dos Ipês Nós já fizemos um plano de marketing pelo prodetur para região de bonito, está em fase de construção o plano de marketing para região Campo Grande, está em construção o plano de marketing [Entrevistado 1].

Percebe-se que as ações voltadas ao fomento ao turismo, ou o planejamento estratégico dessas ações, estão sempre em andamento, isso há muitos anos. O problema é que dificilmente se concretizam efetivamente, ficando sempre para o próximo ano, para a próxima gestão; enfim: os gestores do estado se acomodaram às normativas do Ministério do Turismo e a elas se agarram para justificar a estagnação do setor em MS.

As políticas públicas se configuram, assim, como um aglomerado de projetos, ações e práticas desenvolvidas pelo Estado direta ou indiretamente, em associação com entes públicos e/ou privados, que tenham por objetivo garantir direito de cidadania previamente estipulado, de forma generalizada ou para algum seguimento social, cultural, étnico ou econômico em particular. Assim, as políticas públicas relacionam-se intrinsecamente a direitos amplamente defendidos pela Constituição brasileira, ou ainda que se caracterizem como direitos devido ao reconhecimento por boa parte da sociedade e/ou pelas esferas públicas (Souza et al., 2006).

Em resposta à questão de quais seriam as formas de fomento que a Fundtur daria aos municípios, isto é, qual o tipo de apoio que a fundação daria – e em quais áreas – para que o município possa desenvolver o turismo, o interlocutor respondeu que:

Os municípios que querem se desenvolver aqui nós temos técnicos capacitados que podem ir para os municípios, nós fazemos diagnósticos, Se um município for pagar um diagnóstico com Uma consultoria é caro, caso se ele quiser da fundação ele tem, nós temos alguns técnicos com essa capacidade de ir fazer diagnóstico, propor ações, de criar os conselhos municipais, Fazer todo o processo de oficina para criação dessa gestão descentralizada, a gente tem e trabalha nesse sentido de fomento, A gente apoia os municípios em eventos geradores de fluxo quando tem eventos nos municípios que pede recurso para fundação de acordo com a possibilidade do fundo a gente pode dar um recurso para o município fazer, a gente trabalha junto aos fóruns, junto aos conselhos municipais para o desenvolvimento da política de turismo dos municípios, então a gente trabalha nesse sentido a gente não vai lá e constrói as coisas para os outros, Porque ninguém vai dar o peixe não. A gente ensina a pescar. [Interlocutor 1].

O problema em relação a essa afirmação é que não há transparência em relação a estes dados, isto é, não tem como verificar a veracidade dessas afirmações. Por exemplo: não se sabe ao certo quanto se gasta com essas ações e até que ponto, quando realmente financiadas, elas funcionam como agente de desenvolvimento do turismo no estado. Planilhas e relatórios sobre os gastos em relação ao setor não são acessíveis à população.

O edital lançado pela FUNDTUR/MS em 2017, visando ao fomento do turismo em MS, com o aporte de 500 mil, é extremamente relevante do ponto de vista do fomento ao setor do turismo em Mato Grosso do Sul, todavia não se efetiva como parte das ações de uma política pública consolidada e pensada para o estado de MS, constituindo uma ação esporádica e isolada, não tendo caráter sistêmico e continuado. Assim, não existem políticas públicas efetivas ainda em desenvolvimento no estado de Mato Grosso do Sul, sendo as diretrizes aceitas aquelas emanadas dos programas oriundos das políticas nacionais e regidas pela Lei geral do turismo nº11771, segundo informou o Diretor de Desenvolvimento de Turismo e mercado que:

Nós trabalhamos políticas que são políticas nacionais e que são programas que estão dentro da política nacional e que regido pela lei 11771 geral do Turismo sendo ele do programa de regionalização do Turismo, o programa de qualificação do Turismo onde está o Cadastur e a regionalização onde estão as regiões turísticas do Estado, trabalhamos também o programa de turismo sustentável e infância que é um programa do ministério do turismo que trabalha a prevenção da exploração sexual no Turismo de crianças e adolescentes [Entrevistado 01].

Nesse sentido, o governo do estado iniciou em agosto de 2017 o projeto: “Fortalecendo os Destinos Turísticos de Mato Grosso do Sul: Oficinas e Encontro Estadual do Turismo – Proteção a Infância e Juventude em Mato Grosso do Sul”. Iniciativa muito bem vinda, ainda que tardia. Contudo, é necessário que tais ações realmente alcancem seus propósitos e não figurem apenas como justificativa para a existência de instituições que deve efetivamente se responsabilizar pelo desenvolvimento do turismo no âmbito estadual.

O objetivo principal do projeto em questão é “desenvolver ações de prevenção à violência, para garantir os direitos das crianças e adolescentes, em especial, o enfrentamento às violações de direitos humanos sexuais e ao trabalho infanto-juvenil nos destinos turísticos.” (Fundtur, 2017).

Tais ações devem sempre levar em consideração o interesse da coletividade, adequando os objetivos das ações às necessidades da população, impossibilitando, dentro do possível, a elaboração de projetos marcados pela insensatez, não atinentes à realidade efetiva (Melgar, 2001). Assim, para o turismo, Cruz (2000, p.40) assevera que política pública no que tange ao turismo pode ser compreendida como um aglomerado de “intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de

alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território.”

Considerações Finais

Apesar dos relevantes esforços da FUNDTUR/MS, que sinalizam mudanças na mentalidade dos agentes sociais envolvidos na atividade turística, desde 2004 há um esforço da FUNDTUR/MS em cumprir as exigências do ministério do turismo de criar as regiões dentro do Estado, exigência essa que foi cumprido, dividindo os 79 municípios em 09 regiões turísticas esforço esse que resulta em benefício para os municípios que fazem parte desse programa, dos 79 municípios apenas 47 estão no mapa do turismo Brasileiro onde esses municípios tiveram que comprovar atividade turística ou uma secretaria de turismo com dotação orçamentaria, mapa esse que define a região a ser trabalhada pelo ministério do turismo nos Estados, os 32 municípios restantes estão fora por não cumprir essas exigências, no que tange a elaboração dos conselhos municipais de turismo e as instancias de governanças regionais que iriam auxiliar a administração municipal e no ordenamento das ações nas regiões não houve avanços esperados, hoje no Estado existem apenas 4 instancias de governança regionais ativos no Estado que são: Bonito-Serra da Bodoquena, Rota Norte, região Caminho dos Ipês e a região do Pantanal.

As políticas públicas do estado em relação ao turismo existem e cumprem, na medida do possível, seu papel na promoção do desenvolvimento do setor no estado de Mato Grosso do Sul. Mas não depende somente do querer da Fundação de turismo de Mato Grosso do Sul em implantar ações de desenvolvimento para o turismo nas regiões turísticas do Estado, os gestores públicos dos municípios tem que aderir a essas ações, tem que haver um interesse mutuo para que essas ações não fiquem apenas no papel. Tal assertiva pode ser percebida por meio da análise das ações empreendidas pela FUNDTUR no sentido de procurar fomentar as atividades turísticas no Estado, buscando parcerias e financiamento para realizar os projetos elaborados juntos aos municípios.

A publicação do Edital 002/2017 demonstra o início da preocupação dos gestores estaduais com o desenvolvimento do setor. Contudo, muito ainda precisa ser feito para que o turismo atinja seu real potencial atrativo de dividendos

econômicos e sociais ao estado de Mato Grosso do Sul. Existem muitas coisas ainda por fazerem como, por exemplo, investimento em infraestrutura de acessos, e qualificação de mão de obra local em parceria com o SEBRAE, SENAC e outras instituições de qualificação profissional para inserir a comunidade local, nesse sentido de melhorar a oferta mão obra qualificada nos município que trabalham com o turismo.

Foi realizado um convênio com a universidade de mato Grosso do sul, onde a universidade disponibiliza um curso capacitação com 80 horas aulas para capacitar os gestores públicos de turismo dos municípios, no qual eles vão ter uma noção da importância do turismo no seu município como fonte de renda para as comunidades locais e desenvolvimento do seu município.

A proposta e trabalhar a política de regionalização integrando e estruturando os destinos, dar continuidade à política de qualificação dos gestores municipais e fazer a promoção e comercialização dos atrativos turísticos, primeiramente dentro das regiões, estruturando o que existe e criar novos produtos e serviços de qualidade capaz de atrair o turista, trabalhar roteiros de turismo entre os municípios da região, formatar um calendário de eventos para cada região tanto turística quanto cultural e trabalhar a divulgação e comercialização em todos os municípios da sua região visando atrair os turistas que circulam no Estado.

As ações de políticas públicas feitas pela FUNDTUR/MS são relevantes e sinalizam uma mudança na mentalidade dos gestores no sentido de melhorar o setor do turismo no Mato Grosso do Sul, mas ainda são ações bastante tímidas em relação à capacidade de exploração das reais potencialidades do setor. Nesse sentido, tem de haver uma discussão mais elaborada em relação à conectividade entre as regiões do Estado com outras regiões do País com o objetivo de atrair turistas de qualquer parte do Brasil ou do exterior.

REFERÊNCIAS

Agum R.; Riscado, P.; Menezes, M. (2014). Políticas Públicas: Conceitos e Análise. *AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA do Prodetur Nacional no Estado de Mato Grosso do Sul. Polo Campo Grande e Região*. Disponível em: <http://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/54/2017/04/AAE-Campo-Grande-e-Regi%C3%A3o.pdf> Acesso em: 15 out. 2017.

Bardin, L. (2009) *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA.

Brasil, Ministério do Turismo. (2013) *Plano Nacional de Turismo – o turismo fazendo muito mais pelo Brasil 2013-2016*. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/pdf/plano_nacional_2013.pdf Acesso em: 13 out. 2017.

Brasil. Ministério do Turismo. (2004) *Programa de Regionalização do Turismo-Roteiros do Brasil: diretrizes operacionais*. Brasília.

Brasileiro, M.D.S.; Medina, J.C.C.; Coriolano, L.N (orgs). (2012). *Turismo, cultura e Desenvolvimento* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 233p. Disponível em: <http://books.scielo.org> Acesso em 6 jun. 2017.

Chamamento Público. p. 8-16. Disponível em: http://www.spdo.ms.gov.br/diariodoe/Index/Download/DO9451_17_07_2017

Cruz, R. de C. (2000) *Política de turismo e território*. 3. ed. São Paulo: Contexto.

Cooper, C. (2011). *Turismo contemporâneo*. São Paulo: Editora CAMPUS.

Deslauriers, J. & Kérisit, M. (2008) *O delineamento de pesquisa qualitativa*. In: *POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, RJ: Vozes (p. 127/153).

Di Giovanni, G.; Nogueira, M. A. (Orgs.). (2013). *Dicionário de Políticas Públicas*. São Paulo: FUNDAP. Não paginado. Disponível em: <http://dicionario.fundap.sp.gov.br/Verbetes/234> Acesso em: 7 mai. 2017.

Diário Oficial de Mato Grosso Do Sul. EDITAL Nº 002/2017

Dias, R. (2003). *Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil*. São Paulo: Atlas. em Revisão. *Revista Agenda Política* v. 3, n.2, julho/dezembro, 2015. Disponível em: <http://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/viewFile/67/63> Acesso em 22 abr. 2017.

Fonseca, J. J. S. (2002) *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC. Apostila.

Fundação do Turismo De Mato Grosso Do Sul/FUNDTUR/MS. (2013). *O Caminho dos Ipês* (Cartilha online). Disponível em: http://www.turismo.ms.gov.br/wp-content/uploads/sites/54/2015/04/CAMINHO_DOS_IPÊS-2.pdf Acesso em 25 maio 2017.

Galdino, L.C.F.; Costa, M. L. (2011). *Análise das principais políticas públicas de turismo no Brasil, da década de 1990 à atualidade*. *Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica*, v. 6, nº 4, Rio de Janeiro, set. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/oit/article/viewFile/5815/4526> Acesso em: 29 mar. 2017.

Gil, A. C. (2007). *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas.

Melgar, E. (2001). *Fundamentos de Planejamento e Marketing em Turismo*. São Paulo: Contexto.

Santos Silva, F. dos; Costa, S. R. da; Carvalho, C. de M. B. de. (2013). *POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para administração da atividade no país*. Disponível em: <<http://www.professores.aedb.br/seget/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 17 mar.2017.

Silva, R. L. G. (2006). *Políticas públicas de turismo e o contexto de Mato Grosso do Sul entre 2003-2006 seus interesses correlatos*. 150 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS, Campo Grande, Disponível em: <http://repositorio.cbc.ufms.br:8080/jspui/bitstream/123456789/1064/1/Ricardo%20Lanzarini%20Gomes%20Silva.pdf> Acesso em 22 mar. 2017.

Souza, Celina et al. (2006). *Políticas públicas: uma revisão da literatura*. *Sociologias*, v. 8, n. 16, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16> Acesso em: 22 set. 2017.

Souza, P.I.A de. (2014). *Setor de turismo, desenvolvimento econômico e desigualdade de renda: um estudo para a região nordeste do Brasil a partir da matriz insumo-produto inter-regional*. 98 f. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco/UFPE, Recife. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/12589/TESE%20Poema%20Iris%20Andrade%20de%20Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 2 mar. 2017.

Wu, X.; Ramesh, M.; Howlett, M.; Fritzen S. (2014). (Org.). *Guia de Políticas Públicas: gerenciando processos*. Brasília: ENAP. Disponível em: <http://www.enap.gov.br/documents/586010/604366/Guia+de+Pol%C3%ADticas+P%C3%ABlicas+Gerenciando+Processos.pdf/afcf588e-d510-41eb-bfb7-049fcda6f549> Acesso em 22 maio de 2017.